



AGENDA 21 – Desenvolvimento Sustentável para atual e futuras gerações

AGENDA 21 GLOBAL

A ONU - Organização das Nações Unidas - através da sua Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criou o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um modelo que preconiza satisfazer as necessidades presentes sem comprometer os recursos necessários à satisfação das gerações futuras, buscando atividades que funcionem em harmonia com a natureza e promovendo, acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Um grande passo para nortear a prática de ações sob esse conceito foi a elaboração e lançamento da Agenda 21 Global na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, conhecida como ECO-92, realizada em 1992, no Rio de Janeiro.

A Agenda 21 é um programa de ações para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Na verdade, a Agenda 21 aprovada pelos países tem a função de servir como base para que cada um desses países elabore e implemente sua própria Agenda 21 Nacional, compromisso, aliás, assumido por todos os signatários durante a ECO-92.



AGENDA 21 NACIONAL

A partir da Agenda 21 Global, todos os países que assinaram o acordo assumiram o compromisso de elaborar e implementar sua própria Agenda 21 Nacional, que deve adequar-se à realidade de cada país e de acordo com as diferenças sócio-econômico-ambientais, sempre em conformidade com os princípios e acordos da Agenda 21 Global. A metodologia empregada internacionalmente para a elaboração das agendas 21 nacionais contempla a

 Educação  Qualidade de Vida,  Humanização

www.maisprojetos.com.br



participação de diferentes níveis do governo, o setor produtivo e a sociedade civil organizada. No Brasil foi criada, por decreto do Presidente da República, em fevereiro de 1997, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, incluindo representantes do governo e da sociedade civil, com as atribuições de (1) propor estratégias de desenvolvimento sustentável e (2) coordenar, elaborar e acompanhar a implementação daquela Agenda. A Comissão tem sua formação fixa e poderá, sempre que necessário, instituir grupos de trabalho temáticos. Cabe ao Ministério do Meio Ambiente prover o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento da Comissão. Um fator diferencial da Agenda Brasileira em relação às demais experiências no mundo é a opção pela inclusão das Agendas Locais. Num país de dimensões continentais e de múltiplas diferenças, a criação das Agendas Locais torna-se condição indispensável para o êxito do programa.



AGENDA 21 LOCAL

A Agenda 21 Brasileira tem como opção a criação de Agendas 21 Locais. A proposta é que cada cidade faça sua Agenda 21 Local com a participação da sociedade civil. Assim como cada país, cada cidade deve adequar sua Agenda à sua realidade e às suas diferentes situações e condições, sempre considerando os seguintes princípios gerais:

- participação e cidadania;
- respeito às comunidades e diferenças culturais;
- integração;
- melhoria do padrão de vida das comunidades;
- diminuição das desigualdades sociais;
- mudança de mentalidades.

Os compromissos assumidos pelos representantes dos países que aprovaram a Agenda 21 Global são muito claros e objetivos. Preservar as florestas e as nascentes, buscar substitutos para o CFC e outras substâncias que destroem a camada de ozônio, proibir a pesca destrutiva, buscar novas fontes de energia renováveis, reduzir o lixo produzido e encontrar combustíveis alternativos são alguns dos compromissos que devem ser traduzidos em ações, quando couber, na formulação de cada Agenda 21 Local. (Fonte: MMA)

ONGS

ONG (Organização Não Governamental) no Brasil, é uma palavra que veio a ser utilizada nos anos 80 para caracterizar um determinado tipo de entidades - ditas "de assessoria e apoio" ou "a serviço dos grupos e movimentos populares". Em seu estudo pioneiro, significativamente intitulado A Invenção das ONGs - do serviço invisível à profissão sem nome (1) - Leilah Landim



argumenta que a gênese do que viriam a ser as ONGs brasileiras se confunde com a história da chamada “educação popular”.

Os personagens fundadores deste novo tipo de organização são os “educadores de base”, ou seja, professores, religiosos, trabalhadores sociais, etc.

As ONGs, que se multiplicaram nos anos 1980, na defesa dos direitos humanos e em projetos de desenvolvimento social.

Destacam-se, ainda, as ONGs que defendem os interesses das mulheres, de minorias e do meio ambiente. Quais as maiores? As da educação e da saúde, havendo mesmo, neste campo, uma séria discussão sobre os limites entre as que são mesmo sem fins lucrativos e as que já se confundem com empresas lucrativas.

Quais as que mais crescem? Nos anos 1990, continuam crescendo as de assistência social e as recreativas, mas crescem muito, também, as associações profissionais e as ONGs.

Como se financiam? De várias maneiras, cobrando taxas ou vendendo produtos, com doações de pessoas e de instituições, com o financiamento de projetos, convênios e contratos com governos, com apoios de fundações e ONGs internacionais.

Fonte: Ritz (Rede de Informações para o 3º setor)

MAIS PROJETOS CORPORATIVOS

 Educação  Qualidade de Vida,  Humanização

 Educação  Qualidade de Vida,  Humanização

www.maisprojetos.com.br